

A História da Literatura pede passagem

Regina Zilberman*

RESUMO: Desde a emergência dos estudos estruturalistas e pós-estruturalistas, nos anos 1960-1970, a História da Literatura perdeu espaço no campo literário. Hans Robert Jauss buscou, com a Estética da Recepção, resgatar a História da Literatura, considerando-a base da ciência da literatura. Examinando a contribuição de Ferdinand Denis, autor do *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, verifica-se em que medida a História da Literatura constitui uma disciplina possível, sinalizando sua resiliência no campo literário.

PALAVRAS-CHAVE: História da Literatura; Hans Robert Jauss; Ferdinand Denis

ABSTRACT: Since the rise of structuralist and post-structuralist studies in the 1960/1970th, the History of Literature has lost ground in the literary field. Hans Robert Jauss sought, with the Aesthetics of Reception, to rescue the History of Literature, considering it the ground for a new and challenging Science of Literature. Examining the contribution of Ferdinand Denis, author of *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire du Résumé littéraire du Brésil*, it is verifiable in what extent the History of Literature is a possible discipline, sinalizando its resilience in the literary field.

KEYWORDS: History of Literature; Hans Robert Jauss; Ferdinand Denis.

História da Literatura como problema

Em 1967, Hans Robert Jauss (1921-1997) abriu ano escolar da Universidade de Constança, com a conferência cujo título, emulado da questão “O que significa e com que propósito estuda-se a história universal?”, proposta em situação similar por Friedrich Schiller (1759-1805) na aula inaugural da Universidade de Jena em 1789, indagava: “O que é e com que se fim se estuda história da literatura?” (JAUSS, 1994, p. 9). Sua resposta visava resgatar a História da Literatura da situação de desprestígio a que fora relegada, abandonada pelas tendências teóricas e críticas então em voga nos Estudos Literários, dados o anacronismo e a estagnação identificadas no âmbito das pesquisas universitárias de seus pares.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A conferência veio a constituir o marco inicial do que, na sequência, ficou conhecido como Estética da Recepção, vertente teórica e metodológica que estimulou o debate intelectual na Alemanha, politicamente ainda dividida entre a facção ocidental e a oriental, e em parte da Europa. Talvez o intuito original do projeto de Jauss não tenha sido alcançado, pois a História da Literatura não retomou a posição hegemônica que deteve por todo o século XIX. Porém, é inegável que foi acatada a reivindicação de que se entendesse o papel social da literatura desde o prisma do leitor¹, ainda que esse conceito e os modos como se pesquisam as práticas de leitura na tradição ocidental e contemporânea nem sempre coincidam com as propostas sugeridas pelo professor da Universidade de Constança.

A circunstância de a História da Literatura não mais deter a primazia dos Estudos Literários não significa, de outra parte, que ela tenha desaparecido. Além disso, experimenta, no Brasil, situação contraditória: predomina em boa parte dos currículos de graduação², definindo-se pela nacionalidade do corpus literário que aborda. Mas perde espaço nos programas de pós-graduação, que privilegiam correntes associadas aos estudos comparados, culturais, pós-coloniais, de gênero ou de etnias, quando não são marcados por questionamentos vinculados à filosofia, à sociologia ou à psicanálise.

A História da Literatura a que se refere Jauss corresponde, enquanto gênero, ao das grandes narrativas (LYOTARD, 1986), elegendo um início mítico – o da fundação – a que se segue um percurso cronológico necessariamente ascendente, desembocando em um momento culminante, o apogeu, que poderá ou não coincidir com a atualidade do historiador que a redige e do público visado, mas que, de todo modo, é um ponto de chegada elevado desde o qual, tal como a ilha de Tétis, em *Os Lusíadas*, o passado e o futuro são contemplados. Constituindo uma das expressões das grandes narrativas, a História da Literatura não tem lugar no âmbito da condição pós-moderna, postulada Jean-François Lyotard (1924-1998). Por sua vez, não mais vigora, nas ciências humanas, o paradigma historicista que a funda, sendo esse mais um motivo para sua exclusão das pesquisas de ponta.

1 Cf. JAUSS, 1975.

2 Cf. as provas do Enade, aplicadas em 2014 e nos triênios anteriores em <http://portal.inep.gov.br/enade/provas-e-gabaritos-2014>.

Acesso em 29 de novembro de 2014

Cabe arguir se é o caso de se desistir definitivamente da História da Literatura, área de conhecimento e de pesquisa que desempenhou papel formador na conformação de uma ciência brasileira da literatura, já que agregou considerável grupo de professores e intelectuais desde o século XIX [Silvio Romero (1851-1914), Araripe Junior (1848-1911)] até boa parte do século XX [José Verissimo (1857-1916), Afranio Coutinho (1911-2000), Antonio Candido (1918), Alfredo Bosi (1936)], entre outros, mas que, desde 1980, não apresenta formulação inovadora digna de nota.³ Também decisivo foi um segundo papel formador exercido pela História da Literatura: colaborou para a delimitação e definição da literatura brasileira, sobretudo naquilo que ela tem de expressão da identidade nacional, questão que atravessa sua trajetória, desde os fundadores [Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1892), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)] até pesquisadores atuantes na universidade e na crítica brasileira na segunda metade do século XX.

Poder-se-ia concluir que já não se fazem histórias da literatura como antigamente, e talvez nem seja mais o caso de fazê-las. Questões identitárias, literárias ou nacionais, tiveram razão de ser quando se tratava de construir o Estado nacional em distintos períodos do passado – por ocasião da separação de Portugal, da afirmação da monarquia centralizadora de Pedro II (1825-1891), da renovação política traduzida pela República, da modernização reflexa nos anos 1950 (RIBEIRO, 1970, p. 370) –, ocasiões em que emergiram as principais histórias brasileiras da literatura. Ainda que, politicamente, persista a concepção de uma nação brasileira, esse conceito, em nossos dias, não encontra idêntico respaldo entre intelectuais e pesquisadores que reconhecem o multiculturalismo e a inserção, ainda que dependente, do país no mundo globalizado. A história da literatura, por ocasião de sua emergência e expansão, correspondeu a um projeto político com o qual se solidarizavam os letrados, ao menos no Brasil. Os projetos que esses hoje eventualmente compartilham não mais se materializam na escrita de uma história da literatura.

³ Em 1997, foi publicada no país a História da literatura brasileira, de Luciana Stegagno Picchio (1920-2008), traduzida da primeira edição, de 1972 (PICCHIO, 1997, p. 13).

Além disso, não se sustentaria um projeto de elaborar uma história da literatura, mesmo que assumisse o multiculturalismo, a globalização, a contracultura, as diferentes linguagens que expressam o fazer literário, porque corresponderia a aceitar um conceito centralizador de literatura. Se essa não é homogênea, e os materiais com os quais contariam o(s) historiador(es) sugerem a pluralidade de manifestações, não há condições de unificá-la sob o teto de uma história niveladora. Por isso, a reação tem sido na direção contrária: as investigações com fontes primárias e arquivos, que hoje mobilizam grande parte dos pesquisadores, evidenciam que se trata de ampliar o escopo do que formaria o objeto de uma história, não mais de uma literatura, mas daquilo que pode responder por ela em épocas distintas, com ênfase nos sujeitos que a produziram, nos distintos produtos que resultaram dessa intenção, e nos consumidores com os quais ela se relacionou.

Por sua vez, as histórias da literatura, modeladas segundo o princípio das grandes narrativas, acumularam-se no tempo, projetando sua sombra sobre os Estudos Literários. De sujeito, enquanto impulsionadoras de uma metodologia de conhecimento das obras do passado e do presente, converteram-se em objeto de uma reflexão meta-histórica, no sentido que lhe confere Hayden White, quando propõe uma ciência habilitada a pensar a História não mais enquanto fato, e sim enquanto texto. (WHITE, 1986; 1992)

Talvez sob esse ângulo a História da Literatura constitua uma disciplina possível, sinalizando sua resiliência no campo literário. A hipótese pode ser averiguada desde o exame do *Resumo de história literária de Portugal, seguido da história literária do Brasil*, de Ferdinand Denis (1798-1890), uma das obras fundadoras da tradição historiográfica focada nas literaturas de língua portuguesa.

História da Literatura gênero literário

Obras dedicadas a narrar a história de uma literatura nacional começaram a aparecer nas primeiras décadas do século XVIII. A *Histoire littéraire de la France*, iniciada em 1733 pelos beneditinos da Congrégation de Saint Maur, parece ter inaugurado o gênero, a que pertencem a História literária de Espanha, elaborada a partir de 1766 pelos frades

Rafael (1725-1787) e Pedro Rodriguez Mohedano (1772-1773), a *Storia della letteratura italiana*, que Girolamo Tiraboschi (1731-1794) redigiu entre 1772 e 1782, a *History of english poetry from the close of the eleventh to the commencement of the eighteenth century*, de Thomas Warton (1728-1790), lançada entre 1774 e 1781, e o *Compendium der Deutschen Literaturgeschichte von den Ältesten Zeiten bis auf das Jahr 1781*, de Erduin Julius Koch (1764-1834), de 1790, o único exemplo até então de uma história literária contida em um único volume.

Essas obras apresentam algumas características importantes para a fixação do gênero, que, antes do século XVIII, era praticamente desconhecido enquanto campo autônomo:

- definem-se pela nacionalidade das literaturas com que lidam;

- essas nacionalidades resultam do emprego de uma língua em comum, prescindindo, em alguns casos, do Estado-nação a que se associariam, como ocorre às histórias consagradas respectivamente às literaturas alemã e italiana;

- organizam a matéria em termos cronológicos, escolhendo datas significativas da história local para identificar os períodos literários. Essas datas relacionam-se à política, quando se tratar da gestão de reis e imperadores, ou aos séculos enquanto um recorte facilmente reconhecível;

- procuram acompanhar a trajetória literária desde as origens - desde “*den Ältesten Zeiten*”, como indica o título da obra de Koch - até a atualidade, consoante um avanço ininterrupto.

À época do aparecimento das primeiras histórias da literatura, dominavam os estudos literários a Gramática e a Retórica, hegemônicas desde a Antiguidade, que, na Idade Média, compuseram o *trivium* e contavam com a escola enquanto seu principal espaço de difusão. A Poética ressurgiu com as traduções de Aristóteles (384-322 a. C.) para as línguas vernáculas europeias, e alcançou o auge no século XVII graças ao impacto de *L'Art Poétique*, de Nicolas Boileau-Despréaux (1636-1711).

Compêndios de gramática, retórica e poética incluíam textos literários na qualidade de exemplos a acatar, descartando o foco relativo a seu passado e transformações. Assim, as histórias da literatura começam a ser elaboradas sem ter atrás de si precedentes ou modelos, o que as

configura como gênero original e independente. Seu aparecimento, por outro lado, não é espontâneo ou casual; pelo contrário, integra-se à chamada “*long revolution*” (WILLIAMS, 1980), caracterizada pelas consolidação da economia capitalista, aumento das camadas urbanas e difusão do letramento, provocando ampliação do público leitor. Jürgen Habermas (HABERMAS, 1984) destaca a mudança estrutural da esfera pública, decorrente da maior participação das pessoas na vida política, ponto de partida dos movimentos emancipatórios de que advém a formulação de um projeto coletivo de partilha do poder do Estado.

No campo do saber, reaparece o interesse pela História. Praticada desde a Antiguidade e reanimada, nos séculos XIV e XV da era cristã, por cronistas como Jean Froissart (c. 1337-c.1405) e Fernão Lopes (138?-146?), a História não era então considerada uma ciência. É o que Giambattista Vico (1668-1744) propõe na *Ciência Nova*, publicado originalmente em 1725 e, em edição revisada, em 1744. A ela, competia “o estudo da história, tendo como objeto o curso das modificações ocorridas nas mentes dos homens e como método a compreensão imaginativa.” (FIKER, 1994, p. 10. Grifo do A.) Vico adota igualmente uma teoria para o desenrolar da história da humanidade, de acordo com etapas ou fases, conforme resume Hayden White: “Vico caracteriza os estágios pelos quais todas as culturas devem passar como a idade dos deuses, a dos heróis e a dos homens.” (WHITE, 1986, p. 200).

As idades, por sua vez, associam-se ao desenvolvimento físico e intelectual do ser humano, sendo que a primeira “se caracteriza pelos tipos de relação que as crianças mantêm com os seus mundos”. (WHITE, 1986, p. 200) A segunda idade é a “dos heróis”, “porque nela os homens começaram a se identificar com as forças espirituais de que dotaram a natureza” (WHITE, 1986, p. 200) Por último, a terceira idade, a “dos homens”, “a idade da razão na história de uma cultura ou sociedade, uma idade muito mais de reflexão e conciliação que de poder e luta”, que, porém, “traz consigo as sementes de sua própria destruição”; por consequência, “a cultura mergulha espontaneamente na decadência (...) ou se torna presa de inimigos externos, (...) fornecendo assim as condições

para o começo de um novo ciclo e um novo reciclo, um mundo sem fim.” (WHITE, 1986, p. 200-201)

Na concepção emergente de história, reconhece-se a dívida para com a Querela dos Antigos e dos Modernos, desencadeada ao final do século XVII, que opôs, entre os membros da Academia Francesa, os admiradores da arte greco-romana, a ser perenemente imitada, como queria Boileau, e os favoráveis à inovação e à valorização do presente, conforme proclamava Charles Perrault (1628-1703), na esteira das ideias de Pierre Bayle (1647-1706). Jauss observa que os modernos, para justificar suas teses, fundamentam-se na “metáfora do crescimento e das idades da vida”, bem como no “caráter de ciclo completo apresentado pelo desenvolvimento de cada civilização” (JAUSS, 1973, p. 180).

Jauss chama a atenção para a circunstância de a Querela promover um novo significado para a modernidade, com consequências no pensamento ilustrado, ao final do século XVIII: conforme o Iluminismo, “no horizonte aberto de uma crescente perfeição do futuro, e não na imagem ideal de um passado perfeito, reside doravante a norma segundo a qual há que julgar a história do presente e há que medir sua pretensão de modernidade” (JAUSS, 1965, p. 168). Jürgen Habermas, de certo modo, complementa a observação, ao afirmar que a noção de modernidade toma configuração particular, quando recusa modelos do passado e valoriza a si mesma enquanto critério de orientação: “A modernidade vê-se remetida para si própria sem que a isso possa fugir”; vale dizer, a modernidade “*tem de criar em si própria as normas por que se rege.*” (HABERMAS, 1998, p. 17. Grifos do A.)

A emergência do conceito renovado de História e a ênfase na distinção entre antigos e modernos, com particular valorização conferida aos últimos, justificam a ascensão do segmento historiográfico dedicado à literatura. Estas dispunham, desde o início, de uma metodologia que auxiliava a organizar os fatos – a ordenação cronológica conforme a noção de ascensão e queda – e de um critério de valor, que privilegiava o moderno em detrimento do antigo. Esse havia sido o preferido dos retóricos, de modo que abandoná-lo colaborava para rejeitar a ciência tida por superada; além disso, facultava a aproximação entre o tempo do apogeu – ou um dos tempos de apogeu – com a época do historiador, justificando sua ação investigativa.

Ser moderno significa, pois, não apenas criar uma arte desprovida dos valores e temas próprios aos antigos. É também produzir histórias da literatura, que tanto mais modernas se mostram, quanto mais se identificam às nacionalidades da matéria artística com que lidam. Não por acaso podem até se converter em projeto de governo, à época em que se consolidam os Estados nacionais. Da confluência entre vanguarda do pensamento filosófico, graças à adesão aos princípios da modernidade, e interesses políticos é sintomática a encomenda de Napoleão Bonaparte (1769-1821) a Pierre-Louis Ginguené (1748-1816) de que completasse a história literária da França, contribuindo com os volumes que apareceram em 1814, 1817 e 1820.

Ao período, que se estende do final do setecentos ao princípio do oitocentos, pertencem ainda *Dell'origine del progressi e dello stato attuale d'ogni letteratura* (1782-1799), de Juan Andrés (1740-1817), em sete volumes, *Geschichte der Neueren Poesie und Beredsamkeit* (1801-1819), de Friedrich Bouterwek (1765-1828), e *De la littérature du Midi de l'Europe* (1813), de Simonde de Sismondi (1773-1842). Seus respectivos títulos sugerem histórias em princípios gerais ou universais (ainda que efetivamente europeias), mas que não contradizem o que então se fazia: no interior daquelas obras: as literaturas são divididas conforme suas respectivas nacionalidades linguísticas, alinham-se cronológica e continuamente ao longo dos séculos, e sua trajetória desdobra-se dos começos à atualidade.

O Resumo de Ferdinand Denis

As obras mencionadas ofereceram a Ferdinand Denis o padrão narrativo a que ele obedeceu, quando redigiu o *Resumo de história literária de Portugal*, seguido do *Resumo de história literária do Brasil* (doravante *Resumo*), publicado em Paris em 1826. Suas 625 páginas parecem contradizer a ideia de resumo, mas precederam-nas histórias literárias que somavam volumes. O título indica também que procura identificar seu objeto a partir de sua nacionalidade; e até vai mais longe, pois, ciente de que o português era a língua oficial de dois países independentes – Portugal e Brasil, este recentemente emancipado –, procura distinguir a matéria em dois resumos distintos.

Até então, nenhum estudo historiográfico em forma de livro independente fora inteiramente dedicado às literaturas em língua portuguesa. Diogo Barbosa Machado (1682-1772) elaborara um dicionário bibliográfico, a *Biblioteca Lusitana* (1741-1759); Bouterwek e de Sismondi, em suas respectivas obras, reservaram alguns capítulos a Portugal; e registraram-se, desde o começo do século XIX, estudos esparsos, como os de Alexandre-Marie Sané (c. 1773-1818) – “Introduction sur la littérature portugaise”, que precede o livro *Poésie lyrique portugaise* ou *Choix des Odes de Francisco Manuel*, de 1808, e “*Coup d’oeil sur la littérature portugaise*”, em duas partes, divulgado no *Mercure Étranger*, em 1813 – e de José Correia da Serra (1750-1823) – “*De l’état des sciences et des lettres en Portugal, à la fin du dix-huitième siècle*”, editado nos *Archives Littéraires* de l’Europe, em 1804. Almeida Garret (1799-1854), também em 1826 e também em Paris, redigira o “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, publicado como prólogo do *Parnaso Lusitano*, coletânea em seis volumes consagrada à poesia de sua terra natal.

Exceto provavelmente o “Bosquejo” de Almeida Garrett, Ferdinand Denis conhecia esse material e cita-o com frequência, ao lado das menções às distintas *Memórias* produzidas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, e a artigos provenientes de periódicos como *Anais das Ciências, das Artes e das Letras, o Journal Étranger ou Les Soirées Littéraires*, entre tantos outros (ZILBERMAN, 2013). Porém, a organização que confere ao material pesquisado não perde de vista as obras que estruturavam o campo intelectual da História da Literatura, sobretudo a a *Histoire littéraire d’Italie*, de Pierre-Louis Ginguené, cuja publicação, iniciada em 1811, chegou a catorze volumes, tendo sido os últimos volumes elaborados por Francesco Salfi (1759-1832) e revisados por Pierre Danou (1761-1840).

Coerente com os balizamentos empregados por esses estudiosos, em suas historiografias, Ferdinand Denis adota seus principais critérios. De Pierre-Louis Ginguené, importa a noção de que a literatura acompanha os movimentos políticos (DENIS, 1826, p. VII). Importa dele também uma perspectiva recepcional, quando destaca a circunstância de a ação dos autores se expandir para além de seu tempo, processo que Jauss denominará efeito diacrônico (JAUSS, 1994): “[Ginguené] deu a entender como a influência dos

grandes poetas se expande sobre seus séculos: seu admirável talento, seu espírito reto, sua perseverança fizeram com que se conhecesse a extensão destes gênios”. (DENIS, 1826, p. VII-VIII)

Outros critérios, usuais no período e depois, são a divisão por nacionalidades e a opção pela ordenação do material conforme as datas de sua produção, de que decorre a distinção entre os conjuntos lusitano e brasileiro, organizados segundo cronologias que lhes seriam próprias (sem que as entrecruze ou compare), apresentadas em perspectiva crescente em consonância com o princípio historiográfica da ascensão, apogeu e decadência. O critério evolutivo é, pois, fundamental, pois a literatura pode avançar – por exemplo, da “barbárie” dos séculos anteriores ao XVI, o “grande século”, classificação adotada pela literatura francesa, que confere esse atributo ao período de Luís XIV (1638-1715), e copiada por Denis – ou então decair, estando o declínio assinalado pela imitação dos vultos do passado, pela perda da autenticidade ou pela rejeição da língua materna. Sob esse aspecto, a produção do século XVII lusitano é modelar, pois proliferam os emuladores de Camões, bem como os escritores que redigem em castelhano.

A perspectiva metodológica extraída de Ginguené permite ao autor relacionar produção literária e eventos políticos. Assim, o período de formação do Estado português, entre os séculos XIV e XV, será traduzido por uma literatura ainda primitiva, não plenamente realizada, mesmo porque não encontrou a língua em que se expressar, sendo o emprego do galego considerado sintoma da rudeza primeva. Quando Portugal torna-se uma das principais potências da Europa e ocupa posição de liderança no que diz respeito às conquistas ultramarinas, a literatura mostra-se pujante e original, servindo de inspiração para seus vizinhos geográficos, como Espanha e Itália. Quando Portugal perde a autonomia, passando a fazer parte do império filipino, a literatura decai, a língua portuguesa ocupa um segundo plano, prevalece a imitação.

Ao lado dos critérios que facultaram a ordenação do material, Denis evidencia os preceitos que pautam suas avaliações, que decorrem da identificação do caráter nacional, da presença da cor local e da manifestação da emoção.

A divisão das literaturas por recortes geográficos não constitui apenas um critério de arranjo do material; esse precisa expressar a nacionalidade. Assim, se produzidas no espaço português, a poesia, a prosa e a dramaturgia lusitanas devem corporificar o universo de onde provêm, traduzido especialmente pelo ambiente físico. Daqui emerge a cor local, exigência que atravessa o *Resumo* e que pode servir para valorizar positiva ou negativamente uma obra.

A cor local atesta o caráter nacional, e a manifestação desse afiança a qualidade, mesmo quando falham os elementos composicionais. Assim, não apenas significa possibilidade de ajuizar, mas também de resgatar obras, incorporando-as à história da literatura, vale dizer, ao cânone, na terminologia contemporânea. Quando a cor local não pode ser identificada, resta uma última opção – a manifestação de autêntica emoção por parte de um criador. A comunicação de sentimentos espontâneos por parte dos escritores pode redimi-los de outros erros, e não são poucos os casos em que Denis recorre a essa alternativa.

Sentimentos legítimos, por sua vez, são os de índole amorosa; como, segundo o historiador, os poetas são as pessoas mais propensas à paixão, nada melhor que uma literatura plena de experiências afetivas para se mostrar verdadeira, digna de crédito e elogiável. Por causa disso, a poesia assume perfil autobiográfico, e essa associação entre vida e criação literária é constante no *Resumo*, sendo a lírica de Luís de Camões a demonstração mais cabal das concepções de Ferdinand Denis.

O legado

Pode ser indicativa da falta de impacto do *Resumo* a circunstância de ele não ter passado da primeira edição. Também não foi traduzido para a língua portuguesa, exceção feita ao segmento dedicado à literatura brasileira, vertido por Guilhermino Cesar (1908-1993) em 1968, vale dizer, quase 150 anos depois de publicado o livro original (DENIS, 1968). Contudo, a

falta de tradução não impediu sua leitura por parte da primeira geração dos românticos brasileiros, que se apropriaram de seus juízos, para afirmar a identidade da nascente literatura nacional. Joaquim Norberto, em “Modulações poéticas”, repete-o quase literalmente, citando não apenas suas palavras, mas, em rodapé, a edição consultada:

Sim, M. Ferdinand Denis tinha predito - que o Brasil, que sentira a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe impusera a Europa, - que o Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence; - que o Brasil coroado com o esplendor de sua nascente glória publicaria dentro em pouco tempo as primorosas obras desse primeiro entusiasmo que atesta a galhardia e mocidade de qualquer povo;⁴ sim, a profecia cumpria-se e essa época de glória literária vem raiando! (ZILBERMAN; MOREIRA, 1998, p. 135)

Silvio Romero, no capítulo de abertura de sua *História da literatura brasileira*, nomeia os estrangeiros – Bouterwek, Sismondi e Denis – a quem “coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras”, consideradas “um apêndice” da literatura portuguesa. (ROMERO, 1902, p. 2) José Verissimo igualmente cita-o de modo breve, selando o doravante paulatino desaparecimento das menções a Ferdinand Denis nas histórias nacionais da literatura. É no segundo volume da Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido, que Denis é objeto de consideração atenta enquanto um dos “alicerces” da crítica romântica (CANDIDO, 1964, p. 313).

Tal esquecimento não significa, porém, que o principal procedimento adotado pelo pesquisador francês não migre para as subsequentes histórias da literatura, a saber, a separação entre as histórias da literaturas portuguesa e brasileira, iniciativa que tem sua assinatura, admitida mesmo quando seja para negar sua importância, como faz Gonçalves de Magalhães, no *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*:

⁴Indicado em rodapé: *Resumé de l'hist. litt. du Brésil*, chap. I. p. 515.

No *Resumo da história literária de Portugal e do Brasil*, por Ferdinand Denis, posto que separadas estejam elas, e porventura mais extenso desenvolvimento ofereça a a segunda, contudo basta um lance de olhos para ver-se que ainda está longe de ser completa, servindo apenas para dar uma ideia a estrangeiros. (MAGALHÃES, 1994, p. 25)

As diferenças entre os dois corpus literários, se se devem a razões políticas, não se limitam a isso. Importante é também uma conquista da literatura portuguesa do passado – a afirmação de sua nacionalidade, cujo ponto alto localiza-se no “grande século” –, que se apresenta, para os brasileiros enquanto meta a alcançar, conforme Denis proclama no capítulo de abertura do *Resumo* dedicado a nosso país e Norberto reconhece no trecho citado antes.

Outros dois procedimentos metodológicos adotados por Denis permanecem nas histórias literárias subsequentes, ainda que não tenham sido exclusividade sua, pois vinham constituindo a marca do gênero nascente, tendo sido reproduzidas nas investigações dirigidas à literatura portuguesa pelos precursores Bouterwek e Sismondi:

a) a identificação da origem da literatura portuguesa, situada por volta do século XV e representada por autores como Santiago Macias (?-1467/1484), Fernão Lopes (138?-146?) e Vasco de Lobeira (?-1403). Denis, portanto, vincula o começo da literatura de Portugal ao da nação lusitana, rejeitando a produção anterior à ação unificadora de Afonso Henriques e seus descendentes⁵.

Ferdinand Denis conta com mais autonomia, quando examina a literatura brasileira, cujo início situa no no século XVII, porque, antes disso, “não há poetas que mereçam ser citados.” (DENIS, 1826, p. 529). Também nesse caso o recorte vem acompanhado de uma exclusão, pois refere-se à produção impressa em língua portuguesa, cujo percurso acompanha ao longo do século seguinte, privilegiando autores antes ou simultaneamente estudados por Bouterwek, Sismondi e Garrett, a que acrescenta a até então mais minuciosa pesquisa de nomes brasileiros.

b) a ordenação cronológica, repartida em séculos, como vinha ocorrendo nas historiografias precedentes (Bouterwek e Sismondi) ou simultâneas, como a de Almeida Garrett, no “Bosquejo da história da poesia e

⁵ No “Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise e brésilienne depuis son origine jusqu'à nos jours”, publicado em 1831, como parte do *Atlas historique des littératures, des sciences et des beaux-arts*, elaborado em parceria com Adrien Jarry de Mancy (1796-1862), Denis reconhece a presença árabe na literatura portuguesa, de modo que o período inicial de que fala aqui amplia-se “da invasão árabe até a morte de Vasco da Gama, 711-1524”. (DENIS; MANCY, 1835, p. 5).

língua portuguesa” (GARRETT, 1826)..

Essa ordenação não sofreu alterações notáveis nas historiografias literárias subsequentes, embora os séculos tenham sido rebatizados com o nome das escolas ou estilos que predominaram à sua época. O Barroco substituiu o século XVII, o Arcadismo e o Neoclassicismo, o século XVIII, e assim sucessivamente. A perspectiva evolucionista não desapareceu, e, no que diz respeito, à literatura brasileira, recobriu-se com a busca, exitosa ou não, de expressão nacional, por intermédio de temas, recursos de linguagem ou poéticas próprias.

Ferdinand Denis legou, pois, um padrão historiográfico, ainda que não seja seu único usuário. Ainda que não se mostre original, uma vez que acompanha o que parecia consensual a seu tempo, foi capaz de aplicá-lo às literaturas de língua portuguesa, confirmando as origens que eram atribuídas a elas, reproduzindo seu desenvolvimento e restringindo-se à produção impressa e letrada, considerada sinônimo da literatura. O fato de essa incluir, entre suas manifestações, expressões que transcendiam a poesia e a narrativa ficcional, aceitando a historiografia, os livros de viagem e mesmo a bibliografia científica, não significa que não fosse compreendida enquanto uma unidade, habilitada a se apresentar na qualidade de objeto detentor de uma trajetória nascida em tempos passados, a ser sistematizada pelo sujeito historiador.

Situado entre os fundadores da aplicação desse padrão às literaturas de língua portuguesa, Denis projeta-se nos seus continuadores, que absorvem seu legado. Se esse, na sequência, é esquecido ou minimizado, não quer dizer que não deva ser pesquisado. Esse exame, por sua vez, explicita a distância histórica (JAUSS, 1994) que o separa de seus sucessores, sejam herdeiros ou adversários, assim como o aparta da atualidade.

A distância histórica permite também radicá-lo em seu tempo, buscando compreender o leitor que ele foi à época em que redigiu o *Resumo*. Faculta, pois, desenhar o horizonte de possibilidades de leitura das literaturas de língua portuguesa em um período em que Portugal, saído da revolução constitucionalista do Porto, em 1820, procurava integrar-se à Europa moderna, e o Brasil, cuja independência política, proclamada em 1822, consolidara-

se em 1825, almejava afirmar a autonomia duramente alcançada. Sob esse aspecto, Denis não se configura enquanto um leitor idiossincrático ou privilegiado, mas se evidencia como um expoente do que o(s) sistema(s) literário(s) português e brasileiro poderia(m) oferecer a um letrado no tempo em que se alicerçavam suas respectivas identidades e diferenças.

Hans Robert Jauss, no ensaio em que diagnostica o declínio da História da Literatura, propondo, na sequência, alternativas de ação, chama a atenção para a necessidade de resgatar as obras – literárias, no seu caso – das condicionantes temporais que neutralizam sua historicidade, recuperando sua atualidade. Consequência da operação de resgate é não apenas a revitalização delas, mas a identificação do teor emancipatório que necessariamente contêm, se foram renovadoras e significativas.

O professor da Universidade de Constança não atribui a qualidade da emancipação às obras de historiografia literária, porque, a seu ver, são elas responsáveis pelo enriquecimento das expressões artísticas com que lidam. Não seria, porém, contraditório submetê-las a semelhante terapia: estabelecida a distância histórica que diferencia produções do passado e a perspectiva contemporânea, reabilita-se o diálogo que aquelas propuseram a seu tempo e que continuaram ou não a propor. O historiador da literatura não se apresenta então unicamente na qualidade de objeto da investigação e retoma suas possibilidades de falar. Se seu texto não foi originalmente liberador ou catártico, como pensou Jauss a propósito da experiência estética (JAUSS, 1978), ele talvez permita uma exploração que, sem desvinculá-lo de seu tempo de produção, faculte algum tipo de compreensão do presente.

Sob esse ângulo, as obras de História da Literatura habilitam-se a provarem do próprio veneno, pois também passam pelo crivo da historicidade. Desprovidas da pretensão de deter a última palavra sobre o lugar ocupado por escritores e artistas em épocas passadas e sobre o valor de suas criações, elas se democratizam, descem ao nível da avenida e pedem passagem no campo intelectual contemporâneo.

⁵ No “Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise e brésilienne depuis son origine jusqu'à nos jours”, publicado em 1831, como parte do *Atlas historique des littératures, des sciences et des beaux-arts*, elaborado em parceria com Adrien Jarry de Nancy (1796-1862), Denis reconhece a presença árabe na literatura portuguesa, de modo que o período inicial de que fala aqui amplia-se “da invasão árabe até a morte de Vasco da Gama, 711-1524”. (DENIS; MANCY, 1835, p. 5).

Referências:

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 2. ed. revista. São Paulo: Martins, 1964. V. 2.
- DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.
- _____; MANCY, A. J. de. Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise e brésilienne depuis son origine jusqu'à nos jours. In: _____. *Atlas historique des littératures, des sciences et des beaux-arts*. Paris: Jules Renouard, 1831.
- _____. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968.
- FIKER, Raul. Vico, o precursor. São Paulo: Moderna, 1994.
- GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa. In: _____. *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826. v. 1.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- JAUSS, Hans Robert. Literarische Tradition und gegenwärtiges Bewusstsein der Modernität. In: STEFFEN, H. *Aspekte der Modernität*. Göttingen: Vandenhoeck u. Ruprecht, 1965.
- _____. *Geschichte der Kunst und Historie*. In: KOSELLECK, Reinhardt u. STEMPEL, Wolf-Dieter. *Geschichte - Ereignis und Erzählung*. München: Fink, 1973.
- H. *Aspekte der Modernität*. Göttingen: Vandenhoeck u. Ruprecht, 1965.
- _____. *Geschichte der Kunst und Historie*. In: KOSELLECK, Reinhardt u. STEMPEL, Wolf-Dieter. *Geschichte - Ereignis und Erzählung*. München: Fink, 1973.

_____. Der Leser als Instanz einer neuen Geschichte der Literatur. *Poetica*. München, v. 7, p. 235 - 244, 1975.

_____. Petite apologie de l'expérience esthétique. In: JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 2. ed. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Fac-símile. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

PICCHIO, Luciana Stegagno. História da literatura brasileira. Trad. Pérola de Carvalho e Alice Kyoko. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902. Tomo Primeiro.

WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*. 2. ed. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1986.

_____. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *The long revolution*. Londres: Pelican, 1980.

ZILBERMAN, Regina. O Resumo de História Literária, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *Veredas*. Santiago de Compostela, v. 19, p. 121-144, 2013.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone. Textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.